



PROJETO DE LEI MUNICIPAL 020/2023



CNPJ 03.648.540/0001-74



PREFEITURA MUNICIPAL
DE DIAMANTINO - MT
Av. Desemb. Joaquim P. F. Mendes, 2287
CEP 78.400-000 - DIAMANTINO - MT

URGENTE

Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências.

O Senhor MANOEL LOUREIRO NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Diamantino, faz saber que requer à Câmara Municipal de Vereadores a apreciação do seguinte projeto de Lei Municipal:

Art. 1º Fica desafetada da destinação originária de Bem de Uso Especial e transpassada para a categoria de Bem Dominial, para fins de regularização, o imóvel atingido pelos traçados com as seguintes características e confrontações:

"Um Lote de Terreno urbano sob o n. 35 A da Quadra n. 40, com a área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados), e um perímetro de 180,00 metros, situado na Avenida Irmão Miguel Abib, Bairro Bela Vista, neste município de Diamantino-MT, de propriedade do município de Diamantino-MT, relacionada a matrícula n. 49188 do cartório de Registro de Imóveis de Diamantino-MT."

Art. 2º Com a desafetação realizada, fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do artigo 18, IX da Lei Orgânica do Município, a alienar o referido imóvel.

Art. 3º Revogam-se as disposições ao contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 768/2023
Data: 21/06/2023 - Horário: 16:24
Legislativo

Art. 4 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 20 de junho de 2.023.

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

MENSAGEM DO PROJETO LEI N. 020/2023

URGENTE

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as).

O presente Projeto de Lei sugerido pelo Poder Executivo Municipal objetiva a regularização da área, razão pela qual é necessário alterar a destinação de bem público municipal (desafetação), de bem de uso especial para bem de uso dominial, em atenção ao disposto no art. 99 do Código Civil, o qual dispõe sobre a classificação legal dos bens públicos.

Importante salientar, que a presente proposta legislativa, vem atender anseios do município para o desenvolvimento deste, e propiciará a doação para a Justiça Federal, para a construção de sua sede própria.

Consequentemente, tal órgão federal, propiciará atendimento com mais conforto, garantindo aos munícipes acesso à Justiça, e gerando empregos em nossa municipalidade.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência, bem como, obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

Diamantino-MT, 20 de junho de 2023.



MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL



Termo de Responsabilidade Técnica - TRT
Lei nº 13.639, de 26 de MARÇO de 2018

CRT 01

TRT OBRA / SERVIÇO
Nº CFT2302590275

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

INICIAL

1. Responsável Técnico

RUBIN TADEU DA SILVA

Título profissional: **TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, TÉCNICO EM AGRIMENSURA**

RNP: **01532218877**

2. Contratante

Contratante: **Prefeitura Municipal de Diamantino**

Logradouro: **RUA Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes**

Complemento:

Bairro: **Jardim Eldorado**

Cidade: **DIAMANTINO**

UF: **MT**

CPF/CNPJ: **03.648.540/0001-74**

Nº: **2287**

CEP: **78400000**

País: **Brasil**

Telefone: **(65) 3336-6400**

Email:

Contrato: **79**

Celebrado em: **14/04/2023**

Valor: **R\$ 1.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Ação Institucional: **NENHUM**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **AVENIDA IRMÃO MIGUEL ABIB**

Complemento: **QUADRA 40**

Cidade: **DIAMANTINO**

Telefone: **(65) 3336-6400**

Email:

Coordenadas Geográficas: **Latitude: -14.398379 Longitude: -56.418083**

Data de Início: **14/04/2023**

Previsão de término: **25/04/2023**

Finalidade: **Comercial**

Proprietário: **Prefeitura Municipal de Diamantino**

Nº: **1450**

Bairro: **BELA VISTA**

UF: **MT**

CEP: **78400000**

CPF/CNPJ: **03.648.540/0001-74**

4. Atividade Técnica

13 - PROJETO

05 - PROJETO > CFT -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> LOCAÇÃO -> #3385 - REMEMBRAMENTO

Quantidade

Unidade

51.277,160

m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste TRT

5. Observações

Fusão das matrículas nº 38277 com 3.667,50m² Lote 34, matrícula nº 38270 com 2.750,63m² Lote 34A, matrícula nº 38272 com 5.501,25m² Lote 34B e matrícula nº 38270 com 39.357,78m² Lote 35, todas localizadas na Avenida Irmão Miguel Abib Quadra 40 Bairro Bela Vista, perfazendo uma área total de 51.277,16m².

6. Declarações

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ data _____

Responsável Técnico: **RUBIN TADEU DA SILVA - CPF: 015.322.188-77**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Diamantino - CNPJ: 03.648.540/0001-74**

9. Informações

10. Valor

Valor do TRT: **R\$ 60,13**

Pago em: **25/04/2023**

Nosso Número: **8229400330**

A validade deste TRT pode ser verificada em: <https://corporativo.sinceti.net.br/publico/>, com a chave: x0W4c
Impresso em: 25/04/2023 às 14:19:22 por: , ip: 2804:2ebc:8922:f300:f550:91a1:8dce:5b01

www.cft.org.br

Tel: 0800 016 1515

CFT
Conselho Federal dos Técnicos Industriais





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
SETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA/IMOBILIÁRIO



MEMORIAL DESCRITIVO DE DESMEMBRAMENTO DA FUSÃO DE LOTES URBANOS

MATRICULAS Nº 38.277, 38.270, 38.272 E 38.273

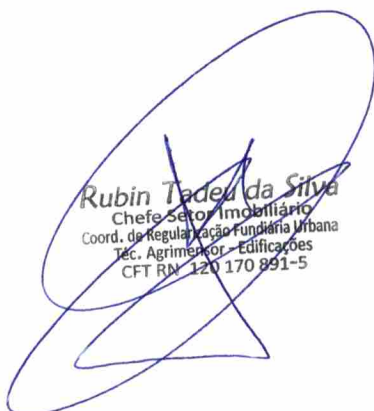
O memorial descritivo refere-se ao Desmembramento da Fusão dos Lotes urbanos sob o nº 35A da Quadra 40, com uma área de 2.000,00m² (DOIS MIL METROS QUADRADOS), e um perímetro de 180,00 metros, situado na Avenida Irmão Miguel Abib, Bairro Bela Vista, neste Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

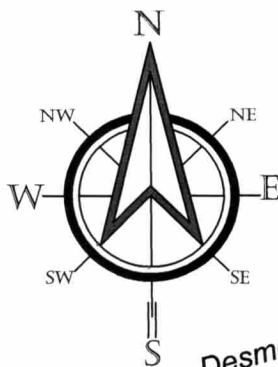
Proprietário: Município de Diamantino
Endereço: Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes nº 2287
Bairro Bela Vista – Diamantino – MT.

COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

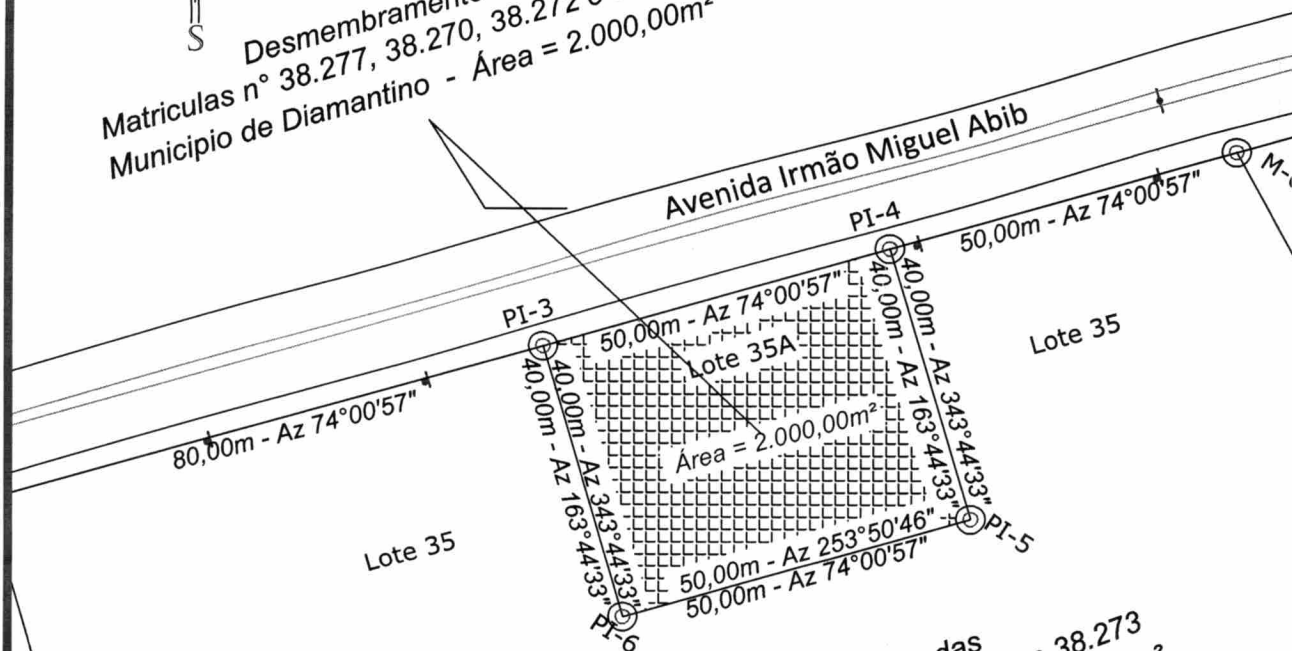
Roteiro: Partindo do marco PI-3 localizado a 3,00 metros do meio fio da Avenida Irmão Miguel Abib, com uma distância de 50,00 metros e azimute de 74°00'57" até o marco PI-4, fazendo limites com a Avenida Irmão Miguel Abib, deste segue com uma distância de 40,00 metros e azimute de 163°44'33", fazendo limites com o Lote 35, desmembrado das matrículas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273, para o município de Diamantino até o marco PI-5; deste segue com uma distância de 50,00 metros e azimute de 253°50'46", fazendo limites com o Lote 35, desmembrado das matrículas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273, para o município de Diamantino até o marco PI-6; deste segue com uma distância de 40,00 metros e azimute de 343°44'33", fazendo limites com o Lote 35, desmembrado das matrículas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273, para o município de Diamantino até o marco PI-3, onde teve início a presente descrição.

Diamantino-MT, 18 de abril de 2023.


Rubin Tadeu da Silva
Chefe Setor Imobiliário
Coord. de Regularização Fundiária Urbana
Téc. Agrimensor - Edificações
CFT RM 120.170.891-5



Desmembramento das
Matriculas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273
Município de Diamantino - Área = 2.000,00m²



91,00m - Az 343°44'33"
91,00m - Az 163°44'33"



PREFEITURA MUN. DE DIAMANTINO
SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E CIDADE
Coord. de Regularização Fundiária
Urbana e Imobiliária

EM

35/10/23

APROVO O PRESENTE PROJETO



Assinatura do Responsável

Ricardo Batista Ferreira
Secretário Mun. de Meio Ambiente e Cidade
DIAMANTINO - MT
Port. 168/2022

Desmembramento das
Matriculas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273
Município de Diamantino - Área = 39.337,69m²

Lote 35

PREFEITURA
DIAMANTINO
UMA CIDADE MAIS HUMANA

ASSUNTO:

DESMEMBRAMENTO DAS MATRICULAS Nº 38277, 38270, 38272 E 38273

FOLHA:

01

PROPRIEDADE: LOTE 35A QUADRA 40

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

MATRICULAS: 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273

LOCALIZAÇÃO: AVENIDA IRMÃO MIGUEL ABIB

COMARCA:
(06.341-2) Diamantino - MT

BAIRRO: BELA VISTA

ÁREA (m²): 2.000,00 PERÍMETRO (ML): 180,00

MUNICÍPIO: DIAMANTINO

ESCALA: 1/400 DATA: 04/2023

UF: MATO GROSSO

Responsável Técnico:

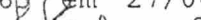
Proprietário (s):

Rubén Tadeu da Silva
Chefe Setor Imobiliário
Coord. de Regularização Fundiária Urbana
Téc. Agrimensor - Edificações
CEI RN 120.170.891-5

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

Um lote de terreno urbano sob nº 35A da Quadra nº 40 com a área de 2.000,00m² (DOIS MIL METROS QUADRADOS), e um perímetro de 180,00 metros, situado na Avenida Irmão Miguel Abib, Bairro Bela Vista, neste município de Diamantino-MT, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do marco **PI-3** localizado a 3,00 metros do meio fio da Avenida Irmão Miguel Abib, com uma distância de 50,00 metros e azimuth de 74°00'57" até o marco **PI-4**, fazendo limites com a Avenida Irmão Miguel Abib, deste segue com uma distância de 40,00 metros e azimuth de 163°44'33", fazendo limites com o Lote 35, desmembrado das matrículas no 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273 (Atual Matrícula nº 49.187), para o Município de Diamantino até o marco **PI-5**, deste segue com uma distância de 50,00 metros e azimuth de 253°50'46", fazendo limites com o Lote 35, desmembrado das matrículas no 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273 (Atual Matrícula nº 49.187), para o município de Diamantino até o marco **PI-6**; deste segue com uma distância de 40,00 metros e azimuth de 343°44'33", fazendo limites com o Lote 35, desmembrado das matrículas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273 (Atual Matrícula nº 49.187), para o Município de Diamantino até o marco **PI-3**, onde teve início a presente descrição. Conforme Mapa e Memorial Descritivo devidamente elaborados pelo Chefe do Setor Imobiliário, Coord. de Regularização Fundiária Urbana, Técnico Agrimensor - Edificações da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT Rubin Tadeu da Silva, RN: 120170891-5, TRT nº CFT2302590299. PROPRIETÁRIO: **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no CNPJ sob nº 03.648.540/0001-74, com sede à Desembargador Joaquim P. Ferreira Mendes, 2287, Bairro Jardim Eldorado, município de Diamantino-MT. REGISTRO ANTERIOR: Matrícula nº 49.184, Livro 2-JD, fls. 044 de 12/05/2023, deste Serviço Registral. Diamantino-MT, 12 de maio de 2023. Protocolo: 231.463 em 27/04/2023. Selo digital: BXA 08213. Emolts: R\$ 90,50. Eu, Flavio Oficial Substituto (Juliano Tenório Cavalcante) que fiz digitar e conferi.

Av.01/49.188 - Diamantino-MT, 12 de maio de 2023. **TRANSPORTE DA PROPRIEDADE.** Conforme o R.01/38.270 de 04/05/2007 e R.01 das matrículas nº 38.272, 38.273 e 38.277 de 11/05/2007, o proprietário **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, adquiriu o imóvel acima, através de Arrecadação, nos termos da Portaria nº 09/07 deste Município, publicada no Jornal Oficial em 06/03/2007, e em obediência aos Decretos respectivamente sob nº 050/2007, de 23.03.2007, 71/07 de 14.04.2007, nº 63/07 de 10.04.2007 e nº 72/07 e após o tramite do processo administrativo, e edital nº 006/07, publicado no Jornal dos Municípios de 08 de março de 2007. Protocolo: 231.463 em 27/04/2023. Selo digital: BXA 08213. Emolts. R\$ 17,50. Eu, Juliano Tenório Cavalcante Oficial Substituto (Juliano Tenório Cavalcante) que fiz digitar e conferi.

Av.02/49.188 - Diamantino-MT, 12 de maio de 2023. **DESMEMBRAMENTO.** O imóvel acima foi desmembrado a requerimento do proprietário, datado de 25/04/2023, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Dr. Manoel Loureiro Neto, com firma reconhecida no 2º Serviço Notarial e Registral Capistrano de Diamantino-MT, foi atribuído ao imóvel o valor R\$ 179.582,21 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos). Documentos arquivados na pasta nº 148 de Averbação. Protocolo: 231.463 em 27/04/2023. Selo digital: BXA 08213. Emolts: R\$ 4.016,60. Eu,  Oficial Substituto (Juliano Tenório

-CONTINUA NO VERSO-



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

OF. Nº 030/2023/SECLEG

Diamantino, 21 de junho de 2023.

Assunto: Auxílio as Comissões. Distribuição de Processo Legislativo, Projeto de Lei nº 020/2023 com Urgência.

Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Ilustríssima Senhora
Aline Simony Stella
Advogada da Câmara Municipal

Senhores Presidentes e Senhora Advogada,

Cumpre-me em consonância com o artigo 55, RI, distribuir matéria legislativa, protocolada com **PEDIDO DE URGÊNCIA** e disponível desde o momento do protocolo na página oficial da Câmara Municipal:
<https://sapl.diamantino.mt.leg.br/materia/pesquisar-materia>

PLE 20/2023 - Projeto de Lei Executivo

Ementa: Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências.

Apresentação: 21 de Junho de 2023

Protocolo: 768/2023, **Data Protocolo:** 21/06/2023 - **Horário:** 16:24:13

Autor: Manoel Loureiro Neto

Localização Atual: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Status: Emissão de Parecer

Data Fim Prazo (Tramitação):

Data da última Tramitação: 21 de Junho de 2023

Última Ação: Matéria em tramitação com pedido de urgência, para análise e parecer. O Relator/Presidente despacha para Assessoria Jurídica, emitir Parecer Jurídico.

Aproveito o ensejo para remeter-lhe votos de apreço e considerações.

Atenciosamente,


Deizelucy Maria Pereira Mesquita
Chefe de Secretaria Legislativa
Portaria nº 013/2023



PARECER N.º 071/2023

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 20/2023

Autoria: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa desafetar imóvel do patrimônio municipal e autorizar a alienação do referido bem e dá outras providências.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

"O presente Projeto de Lei sugerido pelo Poder Executivo Municipal objetiva a regularização da área, razão pela qual é necessário alterar a destinação de bem público municipal (desafetação), de bem de uso especial para bem de uso dominial, em atenção ao disposto no art. 99 do Código Civil, o qual dispõe sobre a classificação legal dos bens públicos. Importante salientar, que a presente proposta legislativa, vem atender anseios do município para o desenvolvimento deste, e propiciará a doação para a Justiça Federal, para a construção de sua sede própria. Consequentemente, tal órgão federal, propiciará atendimento com mais conforto, garantindo aos munícipes acesso à Justiça, e gerando empregos em nossa municipalidade.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência, bem como, obtenha deliberação favorável em sua íntegra."

Acompanham o projeto em estudo: A) TRT OBRA/SERVIÇO Nº CFT2302590275; B) Memorial Descritivo de Desmembramento da Fusão de Lotes Urbanos – Matrículas nº 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273; C) Cópia da Matrícula nº 49.188;

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cumpre destacar que não consta vício de iniciativa que macule o presente Projeto de Lei, uma vez que compete ao Prefeito Municipal providenciar sobre a administração dos bens do município e a administração dos bens do Município e sua alienação na forma da lei (art. 67, XXV, LOM).



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

O veículo normativo é adequado – Projeto de Lei Ordinária – haja vista que não há exigência legal para que outro instrumento normativo disponha acerca da desafetação e alienação de bens imóveis.

Na lição de Celso Antônio Bandeira de Mello “(..)a desafetação dos bens de uso comum, isto é, seu trespasse para o uso especial **ou sua conversão em bens meramente dominicais, depende de lei ou de ato do Executivo praticado na conformidade dela.**”(De Mello, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 29ª ed., Editora Malheiros. Pág. 931)

No caso em epígrafe, o bem desafetado passará a ser considerado bem público dominical e, para que possa ser alienado, deve observar as exigências da lei, nos moldes do que preceitua o art. 101 do Código Civil.

Nessa toada, tem-se que, atualmente, as Leis 8.666/93 e 14.133/2021 regulam as alienações dos bens públicos (imóveis e móveis).

Ambas as leis exigem, além de condicionarem à existência de interesse público devidamente justificado e avaliação prévia do bem, bem como a autorização legislativa, exigem ainda, a realização de procedimento licitatório.

Denota-se que a Lei 8.666/93 pressupõe a realização de licitação na modalidade concorrência (art. 17, *caput*, I), ao passo que a Lei 14.133/2021 exige que se proceda à licitação na modalidade leilão (art. 76, *caput* e inc. I).

No entanto, ambas as normas trazem hipóteses em que a realização de licitação será dispensada.

Assim sendo, contando o projeto com mensagem que indica “**a doação para a Justiça Federal, para a Construção de sua sede própria**(...)”, a princípio, verifica-se enquadramento legal para a dispensa de licitação (art. 17, I, “b”, Lei 8.666/93 ou art. 76, I, “b”, 14.133/2021).

Convém colacionar decisão do TCEMT acerca do tema. Confira-se:

“Licitação. Alienação de imóvel. Depósito de 5% do valor de avaliação. Lei específica. 1) Na concorrência para alienação de imóvel público, a exigência do depósito de 5% do valor da avaliação do bem imóvel, como condição de habilitação, é critério previsto no artigo 18 da Lei 8.666/93, não configurando exigência restritiva à competitividade do certame, que visa a demonstrar se o interessado possui condições financeiras de arcar com a aquisição no curto prazo fixado no edital, a fim de inibir a participação de meros especuladores na fase de habilitação que, após o arremate, se recusem ou não tenham condições de efetivar o pagamento integral. 2) A Lei 8.666/93 não exige lei específica para alienação de bens públicos dominicais, estabelecendo como requisitos, para tal hipótese, tão somente a desafetação, a existência de interesse público devidamente justificado e a prévia avaliação. (REPRESENTAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

(NATUREZA INTERNA). Relator: MOISES MACIEL. Acórdão 239/2020 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 18/08/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 150258/2019). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2020, nº 67, jul/ago/2020).

Nessa esteira, para o Tribunal de Contas de Mato Grosso basta a edição de lei genérica, a desafetação, a existência de interesse público devidamente justificado e a prévia avaliação.

Importante mencionar que não foi encaminhada a avaliação do bem.

3. DA CONCLUSÃO

Em razão de todo o exposto, OPINO pelo prosseguimento do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 20/2023, de autoria do Poder Executivo, com as seguintes recomendações:

- 1) Seja acostada ao processo legislativo a avaliação do bem;
- 2) Seja informado/certificado pelo Poder Executivo qual diploma legal adotado para amparar referida alienação, se a Lei 8.666/93 ou se a Lei 14.133/2021, bem como a hipótese legal autorizadora da alienação do imóvel.

Salienta-se que o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, impende anotar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 26 de junho de 2023.


Aline Simony Stella

OAB/MT 16.673/O



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

OF. Nº 035/2023/SECLEG

Diamantino, 26 de junho de 2023.

Assunto: Auxílio as Comissões. Distribuição de Processo Legislativo – Parecer Jurídico nº 071/2023 - Projeto de Lei nº 020/2023 com Urgência.

Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Senhores Presidentes,

Cumpre-me em consonância com o artigo 55, RI, distribuir matéria legislativa, protocolada com **PEDIDO DE URGÊNCIA** com apenso do Parecer Jurídico nº 071/2023 e disponível desde o momento do protocolo na página oficial da Câmara Municipal: **<https://sapl.diamantino.mt.leg.br/materia/pesquisar-materia>**

PLE 20/2023 - Projeto de Lei Executivo

Ementa: Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências.

Apresentação: 21 de Junho de 2023

Protocolo: 768/2023, **Data Protocolo:** 21/06/2023 - **Horário:** 16:24:13

Autor: Manoel Loureiro Neto

Localização Atual: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Status: Emissão de Parecer

Última Ação: Matéria em tramitação, com apenso do Parecer Jurídico nº 71/2023, para a CCJ.

Aproveito o ensejo para remeter-lhe votos de apreço e considerações.

Atenciosamente,


Deizelucy Maria Pereira Mesquita
Chefe de Secretaria Legislativa
Portaria nº 013/2023



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

OF. Nº 011/2023/CCJ

Diamantino 26 de junho de 2023

**Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara**

Assunto: Pedido de Urgência - Projeto de Lei Executivo nº 020/2023 - Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências

Senhor Presidente,

Tramita nesta Casa Legislativa, o protocolo geral nº 768/2023, de 21 de junho de 2023, às 16h24min, o **PEDIDO DE URGÊNCIA** de origem do Executivo Municipal que trata o Projeto de Lei Executivo nº 020/2023 - Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências.

Em razão da urgência, expediu a assessoria jurídica a emissão de parecer, antes de se passar na pauta de expediente de Sessão Plenária.

A Assessoria Jurídica da Câmara protocolou o Parecer Jurídico nº 071/2023 na data de 26/06/2023 sob nº 780/2023 e pontuou recomendações que relatamos abaixo:

- 1) Seja acostada ao processo legislativo a avaliação do bem;
- 2) Seja informado/certificado pelo Poder Executivo qual diploma legal adotado para amparar referida alienação, se a Lei 8.666/93 ou se a Lei 14.133/2021, bem como a hipótese legal autorizadora da alienação do imóvel.

Face ao exposto e em consonância com o artigo 57 do Regimento Interno que reza:

Artigo 57 - As Comissões Permanentes poderão requisitar do Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, independentemente de manifestação do Plenário, todas as informações julgadas necessárias.

§ 1º - O pedido de informações dirigido ao Executivo interrompe os prazos previstos para os pareceres.

§ 2º - A interrupção mencionada no parágrafo anterior cassará ao cabo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for expedido do respectivo ofício,



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"


se o Executivo, dentro daquele prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.

§ 3º - A remessa das informações antes de decorridos os 15 (quinze) dias dará continuidade à fluência do prazo interrompido.

§ 4º - As informações requisitadas do Executivo, a que se refere o "caput" do presente artigo serão apreciadas e processadas pela Comissão Permanente nos autos do processo em curso.

Assim a Comissão de Constituição e Justiça por meio do seu Relator/Presidente solicita a Vossa Excelência que oficialize ao Poder Executivo, solicitando as recomendações citadas,

Atenciosamente,


Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Justiça e Redação



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

DATA: 27 / 06 / 2023

HORÁRIO: 14:20

RECEBIDO POR:

Rodolfo Port

Ofício N.º 094/2023/GAB-Presidência

Diamantino, 26 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Manoel Loureiro Neto
Prefeito Municipal

Assunto: Encaminha Ofício n.º 011/2023/CCJ

Senhor Prefeito,

Cumprimento-o cordialmente e na oportunidade encaminho a Vossa Excelência o relato expedido pelo Ofício n.º 01/2023/ da Comissão de Constituição e Justiça:

Tramita nesta Casa Legislativa, o protocolo geral n.º 768/2023, de 21 de junho de 2023, às 16h24min, o **PEDIDO DE URGÊNCIA** de origem do Executivo Municipal que trata o Projeto de Lei Executivo n.º 020/2023 - Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências.

Em razão da urgência, expediu a assessoria jurídica a emissão de parecer, antes de se passar na pauta de expediente de Sessão Plenária.

A Assessoria Jurídica da Câmara protocolou o Parecer Jurídico n.º 071/2023 na data de 26/06/2023 sob n.º 780/2023 e pontuou recomendações que relatamos abaixo:


- 1) **Seja acostada ao processo legislativo a avaliação do bem;**
- 2) **Seja informado/certificado pelo Poder Executivo qual diploma legal adotado para amparar referida alienação, se a Lei 8.666/93 ou se a Lei 14.133/2021, bem como a hipótese legal autorizadora da alienação do imóvel.**

Aproveito o ensejo para renovar votos de elevada estima e considerações.

Atenciosamente,

Ver. Arnildo Gerhardt Neto
Presidente



ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>28/07</u> /2023	
Data: <u>28/07</u> /2023	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 
Comissão de Constituição e Justiça		

ASSUNTO: PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 20/2023 – DESAFETA IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, AUTORIZA ALIENAÇÃO DO REFERIDO BEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DO RELATOR.

Aportou a esta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n.º 20/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a desafetação de imóvel do patrimônio municipal e autoriza a alienação do referido bem.

De acordo com a justificativa apresentada a desafetação do imóvel com a consequente autorização legislativa para aliená-lo "*propiciará a doação para a Justiça Federal, para a construção de sua sede própria. Consequentemente, tal órgão federal, propiciará atendimento com mais conforto, garantindo aos munícipes acesso à Justiça, e gerando empregos em nossa municipalidade.*"

Referido Projeto de Lei foi protocolado nesta Casa em 21/06/2023.

Conforme previsto no art. 69, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça opinarem sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Inicialmente cumpre destacar que não consta vício de iniciativa que macule o presente Projeto de Lei, uma vez que compete ao Prefeito Municipal providenciar sobre a administração dos bens do município e a administração dos bens do Município e sua alienação na forma da lei (art. 67, XXV, LOM).

O veículo normativo é adequado – Projeto de Lei Ordinária – haja vista que não há exigência legal para que outro instrumento normativo disponha acerca da desafetação e alienação de bens imóveis.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

O interesse público encontra-se devidamente justificado, uma vez que, como dito, o imóvel será doado para que seja construída a sede própria da Justiça Federal em nosso município.

Ademais, se enquadra na hipótese legal de dispensa de licitação, notadamente por se tratar de doação de bem imóvel para outro órgão da Administração Pública Federal.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso “A Lei 8.666/93 não exige lei específica para alienação de bens públicos dominicais, estabelecendo como requisitos, para tal hipótese, tão somente a desafetação, a existência de interesse público devidamente justificado e a prévia avaliação.” (REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA). Relator: MOISES MACIEL. Acórdão 239/2020 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 18/08/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 150258/2019). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2020, nº 67, jul/ago/2020).

Por fim, sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Pelo supra exposto, este Relator é de **Parecer Favorável** a aprovação da matéria em análise, podendo a esta ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Comissão de Constituição e Justiça, 25 de julho de 2023.

Ver. Adriano Soares Correa - PSB

Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR.

PARECER Nº 45/2023 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 20/2023 – DESAFETA IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, AUTORIZA ALIENAÇÃO DO REFERIDO BEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Relatório apresentado pelo Vereador Presidente Adriano Soares Correa, opinando unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 20/2023.

Comissão de Constituição e Justiça, 25 de julho de 2023.



Ver^a. Michele C. Carrasco Mauriz- UNIÃO
Vice-Presidente


Ver. Diocelso Antunes Pruciano - PDT
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 907/2023
Data: 28/07/2023 - Horário: 08:25
Legislativo - PCUOS 5/2023

ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>28 / 07</u> /2023	
Data: <u>28</u> / <u>07</u> /2023	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 
COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TERRAS.		

Assunto: Projeto de Lei Executivo nº 020/2023 – Desafeta imóvel do patrimônio municipal, autoriza alienação do referido bem e dá outras providências

Autoria: Poder Executivo Municipal

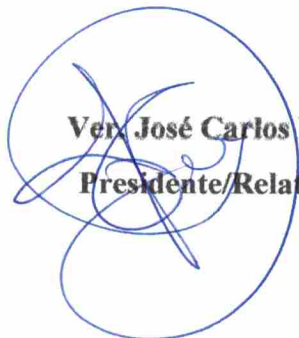
RELATÓRIO

Aportou a esta Comissão a matéria legislativa, com objetivo de propiciar a doação para construção da sede própria da Justiça Federal.

Em face ao exposto, este Relator, constou apensado ao Projeto de Lei Executivo nº 020/2023 o Relatório/Parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável aprovação acerca da matéria, e ainda, o Termo de Responsabilidade Técnica, Memorial Descritivo de Desmembramento da Fusão de Lotes Urbanos, Mapa da Área de Desmembramento que fazem parte do referido Projeto em análise.

Posto isto, este Relator emite parecer favorável em concordância com o Relatório/Parecer da CCJ para que prossiga pela discussão e votação em Sessão Plenária.

Comissão Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras, 27 de julho de 2023.


Ver. José Carlos David
Presidente/Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

PARECER Nº 005/2023

DA COMISSÃO URBANISMO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TERRAS

Está Comissão comunga com o Parecer emitido pelo Presidente/Relator desta Comissão, que acompanha o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras, 27 de julho de 2023.

Vice Presidente: Ver. Edimilson Freitas Almeida

Membro: Ver. Eraldes Catarino de Campos